



*A missão de superar a extrema pobreza no país todo no período de um mandato presidencial (4 anos) fez com que o Plano Brasil sem Miséria fosse concebido de modo a que suas ações chegassem a todo o país de maneira rápida e com impactos decisivos.*

*O prazo de execução era curto, as atividades eram muitas e das mais variadas áreas, o público-alvo era imenso e o território a cobrir, idem. Estava claro, pois, tratar-se de um desafio a ser enfrentado em conjunto por todos os entes da federação. Para tanto, foi necessária firme decisão política por parte dos chefes dos Poderes Executivos dos três entes (governo central, estados e municípios), além do forte engajamento das equipes técnicas setoriais nas três esferas de governo<sup>1</sup>.*

*O respeito à autonomia dos entes federados está na raiz do êxito obtido na construção dessa articulação federativa em torno do Plano Brasil sem Miséria.*

*Se no âmbito federal a ordem era buscar soluções de grande escala, perspectiva nacional e implementação simples, nas esferas estadual e municipal o objetivo era executar da melhor maneira possível as iniciativas de gestão compartilhada entre os entes e, ao mesmo tempo, disponibilizar outras soluções, em consonância com o espírito do Plano, porém adaptadas às realidades locais.*

## OS ESTADOS E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

### Pactos regionais e estaduais

A presidente da República e a ministra encarregada da coordenação do Brasil sem Miséria (da pasta do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) visitaram todas as cinco regiões do país.

Em cada região houve uma cerimônia de lançamento do Plano, ocasião em que foram assinados termos de compromisso com os 27 governadores do país, formalizando o pacto pela superação da extrema pobreza. Nesses documentos, as partes (governo federal e governos estaduais) se comprometeram com as ações intergovernamentais necessárias à implementação do Brasil sem Miséria, envolvendo os três eixos do Plano — garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva urbana e rural —, e também selaram acordo de apoio mútuo no fortalecimento das ações de educação, saúde e assistência social.

---

### O compromisso dos estados

- I) Coordenar as ações do Plano em seu território;
  - II) Executar ações em consonância com os três eixos do Plano;
  - III) Direcionar à população extremamente pobre políticas estaduais, em articulação com as ações federais e municipais;
  - IV) Utilizar as informações do Cadastro Único;
  - V) Aprimorar e ampliar as políticas públicas de desenvolvimento social em sua esfera de competência, promovendo a intersetorialidade; e
  - VI) Apoiar os municípios.
- 

<sup>1</sup> A Constituição brasileira estabelece que o país é uma República federativa, composta por três entes federativos: a União, os estados e os municípios, todos eles entes autônomos. O Brasil tem ao todo 26 estados, mais o Distrito Federal, e 5.570 municípios. Cada ente tem atribuições específicas na organização político-administrativa do país e, em alguns casos, há responsabilidades compartilhadas, como nas áreas da assistência social e da saúde.

### Planos estaduais pelo fim da miséria

Concluída a fase de pactuações regionais, a maior parte dos estados brasileiros partiu para a criação de estratégias próprias para a superação da extrema pobreza, inspiradas no modelo dos três eixos e da busca ativa do Brasil sem Miséria. Os planos estaduais envolviam tanto ações de âmbito federal quanto iniciativas gestadas pelos governos estaduais. Com isso, o esforço para superar a extrema pobreza ganhou componentes estaduais com desenhos adaptados às formas com que a pobreza se manifesta em cada parte do Brasil.

A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep), estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) responsável pelas atividades de coordenação do Brasil sem Miséria, foi encarregada da interlocução com os estados para auxiliá-los na elaboração dos seus planos em sintonia com a estratégia federal. Dentre os 26 estados e o Distrito Federal, 20 lançaram planos para superação da pobreza e extrema pobreza, como mostra o quadro abaixo.

### Planos estaduais de superação da extrema pobreza

Acre	Plano Acre Sem Miséria
Amapá	Programa Família Cidadã
Bahia	Programa Vida Melhor
Distrito Federal	Plano DF Sem Miséria
Espírito Santo	Programa Incluir
Goiás	Programa Renda Cidadã
Maranhão	Programa Viva Oportunidades
Mato Grosso	Plano Mato Grosso sem Miséria
Minas Gerais	Programa Travessia
Paraíba	Plano Paraíba Sem Miséria
Paraná	Programa Família Paranaense
Piauí	Programa Mais Viver
Rio de Janeiro	Plano Rio Sem Miséria
Rio Grande do Norte	Programa RN Mais Justo
Rio Grande do Sul	Programa RS Mais Igual
Rondônia	Plano FutuRO
Santa Catarina	Plano Santa Catarina Sem Miséria
São Paulo	Programa São Paulo Solidário
Sergipe	Programa Sergipe Mais Justo
Tocantins	Plano Tocantins Sem Miséria

Fonte: MDS

Os estados que não constam da lista acima não fizeram um lançamento oficial, mas ainda assim contam com estratégias de superação da extrema pobreza alinhadas com o Brasil Sem Miséria — incluindo a definição de instâncias designadas para a coordenação desses esforços, que são intersetoriais. Em geral essa coordenação estadual fica a cargo de secretarias de de-

envolvimento social, assistência social, governo ou casa civil, mas há casos em que se criou uma instância destinada especificamente a cuidar do Plano estadual.

### Complementações estaduais do Bolsa Família

Outro movimento importante verificou-se nos 11 estados que adaptaram ou lançaram programas próprios de transferência de renda complementares ao Programa Bolsa Família. Essas iniciativas de complementação compunham o eixo de garantia de renda nos planos do Acre<sup>2</sup>, do Amapá, do Distrito Federal, do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Rondônia, de Santa Catarina e de São Paulo.

Nas complementações, os estados fecham Acordos de Cooperação Técnica com o MDS para uso do mesmo cartão magnético do Programa Bolsa Família para pagar uma complementação estadual aos benefícios de famílias do seu território.

Alguns estados já haviam tido experiências de pagar valores fixos a cada família participante de suas complementações, mas o modelo que prevaleceu após o lançamento do Brasil sem Miséria foi o do fechamento do hiato de extrema pobreza. Nesse modelo, o estado complementa o valor pago pela União de forma a zerar o hiato (a diferença) entre a renda mensal per capita da família — calculada após o recebimento do benefício do Bolsa Família — e o piso que o estado definiu como sua linha de extrema pobreza. Em vários casos foi estabelecida uma linha de extrema pobreza estadual ou distrital mais alta que os R\$ 70 da linha do Brasil sem Miséria (reajustados para R\$ 77 em junho de 2014). Em outros casos, optou-se pela mesma linha do Plano.

A partir do momento em que o Brasil sem Miséria lançou a Ação Brasil Carinhoso, voltada à superação da extrema pobreza na primeira infância, o cenário mudou, porque o governo federal começou a pagar um novo benefício do Bolsa Família que já fecha o hiato de extrema pobreza. Assim, as complementações estaduais estabelecidas com esse mesmo modelo (fechamento de hiato) e a mesma linha (R\$ 70 mensais *per capita*, posteriormente reajustados para R\$ 77) deixaram de ter efeito, e começaram a ser repactuadas entre os governos estaduais e o governo federal.

Em agosto de 2014, sete estados mantinham complementações do Bolsa Família ativas: Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme mostra o quadro abaixo. O Distrito Federal elevou sua linha distrital para o patamar da pobreza (R\$ 140).

### Pactuações para complementação do Bolsa Família (agosto de 2014)

Programa	Estado	Público-alvo	Referência de extrema pobreza usada para fechar o hiato
DF sem Miséria	Distrito Federal	Famílias com renda per capita inferior a R\$ 140	Linha distrital de R\$ 140
Bolsa Capixaba	Espírito Santo	Famílias com renda <i>per capita</i> inferior a R\$ 97 que tenham criança de até 6 anos	Linha estadual de R\$ 97

<sup>2</sup> No caso do Acre, a complementação era anterior ao Brasil sem Miséria. As demais complementações foram pactuadas ou repactuadas na vigência do Plano.

Panela Cheia	Mato Grosso	Famílias com renda <i>per capita</i> inferior a R\$ 87 que tenham criança de até 6 anos	Linha estadual de R\$ 87
Família Paranaense	Paraná	Famílias com renda <i>per capita</i> inferior a R\$ 87	Linha estadual de R\$ 87
Renda Melhor	Rio de Janeiro	Famílias com renda <i>per capita</i> presumida inferior a R\$ 100	Linha estadual de R\$ 100
RS Mais Igual	Rio Grande do Sul	Famílias com renda <i>per capita</i> inferior a R\$ 100	Linha estadual de R\$ 100
Santa Renda	Santa Catarina	Famílias com renda <i>per capita</i> inferior a R\$ 87 que tenham criança ou adolescente de até 15 anos	Linha estadual de R\$ 87

Fonte: MDS.

### Seminários de pactuação federativa

Com o tempo, o alinhamento entre as ações dos estados e do governo federal por um Brasil sem Miséria e o surgimento de várias iniciativas estaduais específicas, voltadas a combater a extrema pobreza nas diversas formas em que ela se apresenta em cada parte do país, proporcionaram uma vasta gama de experiências de Norte a Sul. Em suas interações com os estados, a Sesep percebeu o interesse dos gestores em mostrar suas experiências e em conhecer o que estava sendo feito em outras unidades da federação.

O amadurecimento dessa ideia de compartilhar experiências estaduais de combate à extrema pobreza levou à realização de duas edições do “Seminário Nacional Pactuação Federativa no Brasil sem Miséria”, uma no Rio de Janeiro, em 2012, e outra em Brasília, em 2013. O evento não ocorreu em 2014 por conta das eleições gerais (para presidente e governadores), mas espera-se realizar uma terceira edição em 2015.

Durante o evento de 2013 foi lançado o portal Brasil sem Miséria no seu Estado, ferramenta online de acompanhamento das ações do Plano em nível estadual, criada a partir da referência e do sucesso de público alcançado com o portal Brasil sem Miséria no seu Município, sobre o qual se falará adiante neste texto.

## OS MUNICÍPIOS E O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

### O engajamento dos municípios e o apoio do governo federal

Os municípios estão no cerne da estratégia do Plano Brasil sem Miséria. Um dos grandes motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil sem Miséria. Afinal, o poder público municipal é o responsável pelo registro das famílias no Cadastro e também pelo contato direto com elas por meio de suas redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

Todos os 5.570 municípios brasileiros têm ações do Plano Brasil sem Miséria, incluindo o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Entre 2010 e 2014 (primeira fase do Plano), houve aumento de 95% nos repasses feitos de forma direta pelo governo federal aos cidadãos por meio do Bolsa Família e de 70% naqueles feitos por meio do BPC<sup>3</sup>. Embora esses recursos não entrem nos cofres da prefeitura, têm grande impacto sobre a dinâmica econômica no município.

<sup>3</sup> Em ambos os casos os aumentos se referem a valores nominais.

O forte envolvimento municipal no Brasil sem Miséria se faz notar nos resultados que o Plano alcançou na busca ativa, na qualificação profissional do Pronatec, na ação de creches do Brasil Carinhoso e na expansão das escolas com maioria de crianças do Bolsa Família que aderiram ao ensino em tempo integral no Programa Mais Educação, para citar apenas algumas das principais ações. Sem o enorme esforço feito pelas administrações municipais, seja na área da assistência social, da educação, da saúde ou em tantas outras, isso não seria possível.

E é importante registrar que os municípios não estiveram sozinhos nessa empreitada. Para apoiá-los, o Brasil sem Miséria tomou uma série de medidas, como o reforço das transferências de recursos financeiros — repassados às prefeituras de forma desburocratizada, sendo depositados em fundo específico, sem a necessidade de firmar contratos ou convênios. Com o apoio logístico dos governos estaduais, o governo federal realizou milhares de atendimentos presenciais a prefeitos, secretários e outros gestores municipais. E também criou ferramentas *online* para facilitar o desenho, a implementação e o monitoramento de estratégias estaduais e municipais de enfrentamento da pobreza (como se verá adiante neste texto).

### Transferências aos municípios

A busca ativa e a gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família — entre muitas outras atividades voltadas ao atendimento socioassistencial da população mais pobre e vulnerável — são responsabilidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tanto a rede de atendimento quanto os serviços por ela oferecidos são fundamentais para o sucesso do Plano Brasil sem Miséria. Reforçá-los era, portanto, tarefa primordial na estratégia de superação da extrema pobreza.

Entre 2010 e 2014, houve aumento real de 30,23% no orçamento federal para a assistência social, incluindo recursos para expansão da rede e do rol de serviços oferecidos.

---

### Mais repasses à rede socioassistencial

Com uma rede espalhada por todo o território nacional<sup>4</sup>, o SUAS é gerido obedecendo a uma lógica tripartite de cofinanciamento entre os governos central, dos estados e dos municípios. No modelo adotado, as transferências regulares e programadas de recursos do governo central aos demais entes são feitas por meio de fundos constituídos especialmente para este fim pelos estados e municípios. Essas transferências “fundo a fundo” dispensam a necessidade de firmar convênios, contratos ou instrumentos similares para o repasse de recursos, desburocratizando o processo.

Um exemplo do reforço das transferências aos municípios é o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho). Criado no âmbito do Brasil sem Miséria, o Acessuas Trabalho transfere recursos do governo federal à área de assistência social dos municípios para que eles desenvolvam ações que contribuam na integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho. De 2012 a 2014, as prefeituras receberam repasses de R\$ 254,4 milhões do Acessuas Trabalho para as ações de inclusão produtiva de pessoas de baixa renda.

A criação de novas ações, serviços, equipamentos e programas, como o próprio Acessuas Trabalho, as equipes volantes<sup>5</sup> e as lanchas da assistência social<sup>6</sup> (essas duas últimas importantíssimas

4 Em 2014, havia 10.675 unidades de atendimento do SUAS à população, espalhados por todo o país.

5 Equipes adicionais ligadas ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) para atender famílias que vivem em locais de difícil acesso ou que estão dispersas no território, com prioridade às famílias extremamente pobres. Criadas no âmbito do Brasil sem Miséria, contribuem de modo decisivo na busca ativa.

6 Concebidas no Brasil sem Miséria para apoiar as equipes volantes, permitindo que cheguem a localidades onde o acesso só é viável por água. Além de receberem as lanchas, as cidades beneficiadas passam a receber também recursos para sua manutenção.

para a busca ativa) contribuíram muito para que os municípios tivessem o fôlego requerido na luta pela superação da extrema pobreza. Desde o início do Brasil sem Miséria até o início de 2015 haviam sido constituídas 1.254 equipes volantes e entregues 123 lanchas fluviais e 15 oceânicas.

---

De 2012 a 2014 as prefeituras receberam, também pelo mecanismo de transferência “fundo a fundo” (do governo federal a outros entes), repasses adicionais de R\$ 1,32 bilhão do Brasil Carinhoso para investir em creches (mais informações no texto desta série sobre o eixo de acesso a serviços). A diferença é que, neste caso, não são fundos específicos da área de assistência social, mas da área de educação, que já fazia repasses para creches. Com o Brasil Carinhoso, esses repasses foram ampliados em 50% para as vagas de creche ocupadas por crianças do Programa Bolsa Família — estimulando assim o atendimento da parcela mais pobre da população, que tem menor cobertura.

---

### **Reforço do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) baliza repasses federais aos municípios para reforçar ações do Cadastro Único e do Bolsa Família, de acordo com a qualidade da gestão de ambos. Quanto melhores forem a cobertura e a atualização do Cadastro Único e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação do Bolsa Família, mais recursos os municípios recebem.

Nesses repasses, multiplica-se um valor de referência pela quantidade de famílias atendidas no município. O valor de referência foi reajustado em 30% pelo Brasil sem Miséria, mas a principal mudança patrocinada pelo Plano ocorreu na base de cálculo dos repasses federais aos municípios: anteriormente, eram consideradas todas as famílias participantes do Bolsa Família; com o Brasil sem Miséria, passaram a ser levadas em conta todas as famílias com registros atualizados no Cadastro Único, o que representa uma quantidade muito maior de famílias por município. Assim, passou-se de R\$ 300 milhões repassados aos municípios pelo IGD em 2011 para R\$ 503 milhões em 2013.

O sucesso desse mecanismo inspirou a criação de uma estrutura de repasses semelhante, a do IGD do Sistema Único de Assistência Social (IGD SUAS).

---

### **O desafio pós-eleições municipais de 2012**

As eleições municipais de 2012 no Brasil representavam um desafio à parte, devido à possibilidade de grandes mudanças nas administrações municipais e, conseqüentemente, no corpo técnico que coordenava e executava as ações “na ponta”<sup>7</sup>. E isso efetivamente ocorreu, pois o índice de renovação nas prefeituras em todo o Brasil foi de 72%. O Brasil sem Miséria, contudo, viu nessa renovação uma oportunidade de buscar o engajamento das novas gestões municipais. O Plano e seus programas não eram de conhecimento amplo e irrestrito pelas administrações municipais, e a possibilidade de apresentá-los aos prefeitos e prefeitas logo no início do mandato, estimulando-os a traçar suas próprias estratégias de superação da extrema pobreza, configurava uma chance única.

7 No Brasil, as eleições para prefeito ocorrem dois anos depois das eleições presidenciais e para governador. Tal “descasamento” faz com que os prefeitos tomem posse quando presidente e governadores já estão a meio caminho da implementação de suas estratégias de governo.

Sabia-se que não seria possível a Sesep atender a todos os municípios de maneira individualizada. Era preciso aproveitar a capacidade mobilizadora dos estados, das associações municipalistas e dos órgãos e entidades parceiros.

Traçou-se então um plano de ação junto aos municípios que incluía:

- a.** A elaboração de material de divulgação que explicasse de forma simples, clara e objetiva os programas (mais de 15 mil exemplares da Cartilha Brasil sem Miséria no seu Município foram distribuídos a prefeitos e outros gestores municipais, e o material foi postado no site do Plano);
- b.** A disponibilização periódica de relatórios online, customizados para cada município brasileiro, com informações sobre a situação dos programas do Brasil sem Miséria nas cidades (*os Relatórios Brasil sem Miséria no seu Município*);
- c.** A realização de eventos nos estados para atendimento presencial aos prefeitos e demais gestores municipais (evitando seu deslocamento à capital do país);
- d.** O aproveitamento de eventos de parceiros para realizar atendimentos aos prefeitos e demais gestores municipais.

O resultado foi que muitas cidades lançaram estratégias próprias de superação da extrema pobreza, inspiradas no Brasil sem Miséria, ou estratégias específicas para a redução da extrema pobreza na primeira infância, inspiradas na Ação Brasil Carinhoso, iniciativa do Plano voltada ao atendimento de crianças de 0 a 48 meses.

### **Relatórios *Brasil sem Miséria no seu Município***

A ideia de disponibilizar uma ferramenta online que os gestores municipais pudessem usar em qualquer lugar e a qualquer tempo para obter informações atualizadas sobre a situação dos principais programas do Brasil sem Miséria em sua cidade tomou corpo ao longo do ano de 2012, mas sua implementação não era simples.

Se o relatório se resumisse a tabelas, muitos poderiam não entender o que estava por trás dos números. Decidiu-se então redigir textos curtos que deixassem claros os programas abordados e seus indicadores, e que permitissem, em vários casos, cotejar os resultados da cidade com médias nacionais, bem como saber as medidas a tomar caso os resultados estivessem aquém das expectativas.

O MDS desenvolveu então os relatórios *Brasil sem Miséria no seu Município* (ver exemplo da cidade do Rio de Janeiro em anexo), com informações sobre ferramentas, programas e ações que fazem parte do Plano. Atualizados bimestralmente, os Relatórios dispõem de conteúdos analíticos textuais e gráficos, proporcionando um poderoso instrumento para retratar a realidade municipal. A consolidação de informações de diversas fontes num único relatório — simples, amigável, completo e acessível — favorece a gestão local, facilitando o planejamento de estratégias e ações de superação da extrema pobreza e o direcionamento de investimentos para áreas com mais carências. E, por ser de acesso livre, a ferramenta também contribuiu para a transparência das ações governamentais, permitindo ao cidadão conferir e fiscalizar o andamento das políticas.

### **Portal *Brasil sem Miséria no seu Município***

Juntando as informações da cartilha com as do relatório num mesmo local, os gestores poderiam conhecer melhor os programas e serviços, seus objetivos, seu público-alvo, saber como potencializá-los em seu território e como tornar o acesso a eles ainda mais fácil para os seus cidadãos. Por isso o MDS construiu um portal web — o portal *Brasil sem Miséria no seu Município*, hospedado no endereço eletrônico [www.brasilsemmiseria/municipios](http://www.brasilsemmiseria/municipios), concentrando toda a documentação em um só ambiente.

Posteriormente, foi desenvolvido e incluído no portal o “painel de monitoramento”, que permitiu não só observar os resultados atuais dos programas, mas também sua evolução ao longo do tempo. A visualização de séries históricas de indicadores do Plano abre espaço para diagnósticos mais precisos, permitindo inclusive detectar eventuais empecilhos à evolução das ações, possibilitando o aprimoramento das iniciativas em nível local, o acompanhamento e o planejamento de melhor qualidade.

---

### **Operacionalizando a construção dos portais**

Para a disponibilização das informações no portal *Brasil sem Miséria no seu Município*, foi necessário organizar um banco de dados que conta com mais de 70 indicadores e variáveis provenientes de pelo menos 20 fontes oficiais diferentes, o que possibilita que os documentos sejam gerados com ampla gama de informações sobre cada um dos estados e municípios do país, atualizadas constantemente.

---

### **Atendimentos presenciais a gestores municipais**

Como dito anteriormente, as informações proporcionadas pela cartilha e pelos relatórios do portal não se prestaram apenas às consultas online: com base nesses dois instrumentos, a equipe do MDS realizou 3.430 atendimentos presenciais para falar sobre o Plano *Brasil sem Miséria* a gestores municipais ao longo do ano de 2013, em eventos realizados em Brasília e nos estados.

### **O portal *Brasil sem Miséria no seu Estado***

Após o lançamento do portal *Brasil sem Miséria no seu Município*, secretários e outros gestores estaduais relataram a importância do instrumento para seu trabalho. Mas, especialmente nos casos de estados com um grande número de cidades, reclamavam da dificuldade de ter que consultar centenas de relatórios municipais. Daí a decisão de criar o portal *Brasil sem Miséria no seu Estado* ([www.brasilsemmiseria.gov.br/estados](http://www.brasilsemmiseria.gov.br/estados)). Nele, além das informações customizadas por estado, atualizadas bimestralmente, há planilhas com os dados dos principais programas desagregados município a município, permitindo cotejar resultados, elaborar diagnósticos regionalizados e planejar a gestão das ações no território.

### **Este texto é baseado no seguinte artigo:**

COSTA, Patricia Vieira da; OLIVEIRA, Luciana Alves de; SOUSA, Marconi Fernandes de; NAKASHIMA, Caio. A articulação federativa no Plano *Brasil sem Miséria*. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (Orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.





## O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

### Município: RIO DE JANEIRO / RJ

#### O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa.

Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superaram o patamar da extrema pobreza.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria. Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano.

Mas, para que o Brasil Sem Miséria funcione da maneira mais adequada possível, é fundamental que haja forte envolvimento dos municípios. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

#### O Cadastro Único e o público-alvo do Plano no seu município

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de dezembro de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de janeiro de 2015 do Programa Bolsa Família, o município tem:

- 512.947 famílias registradas no Cadastro Único
- 226.893 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (11,46 % da população do município)

#### Cobertura cadastral e Busca Ativa

Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas no Cadastro (todas as



## O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

### Município: RIO DE JANEIRO / RJ

famílias do município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa).

De junho de 2011 a novembro de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 50.991 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria.

O município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias que fazem parte do público-alvo, é necessário realizar ações de Busca Ativa para incluir 24.905 famílias. Esse esforço deve ser acompanhado de ações para melhorar a qualidade das informações registradas no Cadastro.

### Garantia de Renda

#### Programa Bolsa Família

Em janeiro de 2015, o município tinha 226.893 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 77,35 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 77,35 %).

Foram transferidos R\$ 33.180.014,00 às famílias beneficiárias do Programa em janeiro de 2015.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a janeiro de 2015, houve aumento de 24,91 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

#### Acompanhamento de condicionalidades

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

No município, 87,37 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03 %. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de educação se articulem para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 75,53 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,44 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de saúde



## O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

### Município: RIO DE JANEIRO / RJ

continuam trabalhando em articulação para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde .

#### Benefícios variáveis gestantes e nutrizes

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em janeiro de 2015, 5.381 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 3.048 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

#### Acesso a Serviços

##### Assistência Social

Para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o Plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características – a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O sucesso do Brasil Sem Miséria demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre a secretaria municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza.

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Em janeiro de 2015 o município tinha em seu território:

- 47 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciados pelo MDS.
- 17 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) cofinanciados pelo MDS.
- 4 Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP) cofinanciados pelo MDS.
- 1.550 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua cofinanciadas pelo MDS.

#### Saúde

Até outubro de 2014, o município recebeu repasse do Ministério da Saúde para a construção de 22 Unidades Básicas de Saúde em localidades de alta concentração de pobreza (sendo 1 em fase de



## O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

### Município: RIO DE JANEIRO / RJ

ação preparatória, 5 em execução, 0 canceladas e 16 concluídas).

#### Educação

##### Brasil Carinhoso - Creches

A Ação Brasil Carinhoso dá estímulos financeiros aos municípios para aumentar o acesso da população mais pobre aos serviços de educação infantil. O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. E, com mais recursos, melhorar o atendimento às crianças e suas famílias.

Para isso, o MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) repassados pelo MEC. São 50% mais recursos para cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família.

Em 2012, foram identificadas 5.505 #formula\_qtd\_crianças\_creches\_bc; do Bolsa Família em 450 #formula\_qtd\_creches\_bc; do município. Em razão disso, com o Brasil Carinhoso, o MDS suplementou em R\$ 3.751.217,10 o repasse para creches.

Para 2013, o município já fez o pedido de suplementação a partir da identificação de 12.183 crianças no Bolsa Família em 786 creches. Neste mês, o status do seu município no SIMEC era de pagamento efetuado. Para saber como e quando utilizar os recursos, leia atentamente a Resolução 17/2013 do FNDE.

##### Escola em Tempo Integral

O Mais Educação é a estratégia indutora da oferta de educação em tempo integral no país. É um Programa que estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. Para oferecer educação em tempo integral, acrescentam-se às atividades curriculares já existentes outras como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e artes. O governo federal repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação e transporte dos monitores, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços e aquisição de kits pedagógicos.

A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso as escolas onde mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família são prioridade para integrar o Mais Educação.

Em 2013, o município fez adesão para oferecer educação em tempo integral em 653 escolas do ensino fundamental, sendo 121 com mais da metade dos seus alunos no Programa Bolsa Família.

#### Inclusão Produtiva



## O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

### Município: RIO DE JANEIRO / RJ

#### Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria)

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.

Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los.

São mais de 500 opções de cursos em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso.

Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis.

Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal. Trimestralmente as prefeituras podem renegociar com as escolas a oferta de cursos do Pronatec Brasil Sem Miséria no seu município.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 3.032 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

Para 2014, foi pactuada a oferta de 4.982 vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

#### Acessuas Trabalho

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) transfere recursos do Governo Federal aos municípios para que eles desenvolvam ações que promovam a inclusão produtiva do público-alvo da assistência social. As ações envolvem mobilização e encaminhamento ao Pronatec Brasil Sem Miséria (e a outras iniciativas de inclusão produtiva) e o acompanhamento da permanência dos alunos nos cursos, entre outras atividades.

Os repasses do Acessuas Trabalho em 2013 somaram R\$ 853.378,00.



## O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

### Município: RIO DE JANEIRO / RJ

#### Informações Complementares

População: 6.453.682 habitantes

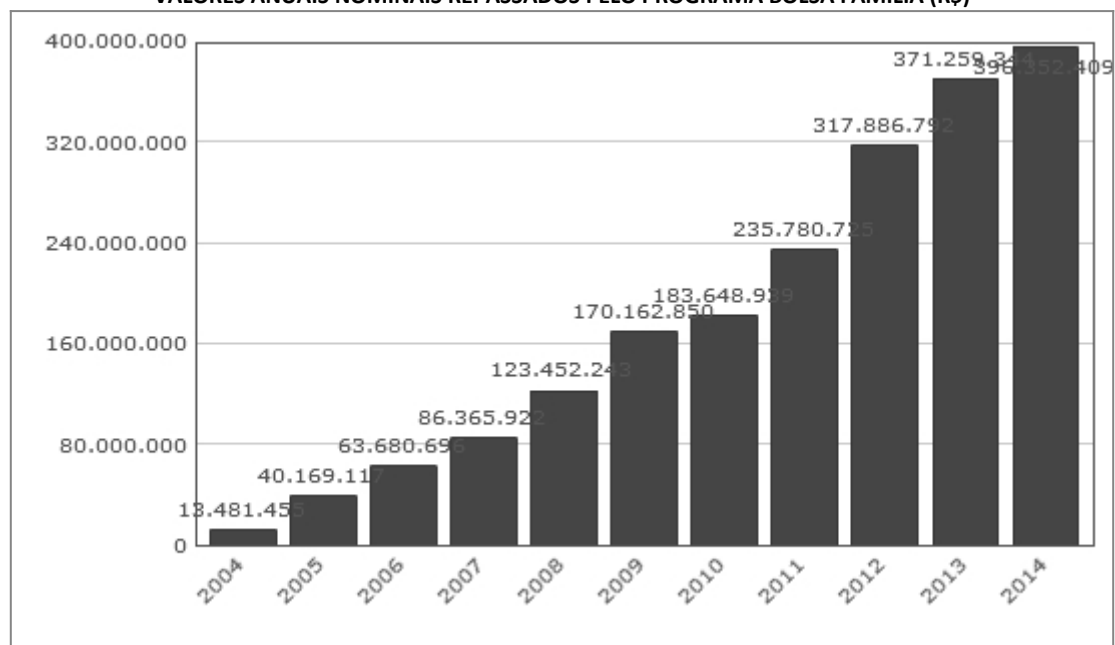
#### TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repasso total em 2014 (R\$)
Bolsa Família	226.893 famílias (janeiro de 2015)	R\$ 396.379.308,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	99.647 pessoas (dezembro de 2014)	R\$ 846.401.675,49

Em 2014, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 1.242.780.983,49) representa 596,14 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 208.471.188,90).

De 2004 a 2014, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 2.839,98 %.

#### VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R\$)





## O BRASIL SEM MISÉRIA NO SEU MUNICÍPIO

### Município: RIO DE JANEIRO / RJ

#### TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO

	Recursos disponíveis em conta (R\$)
IGD PBF	438.763,71 (dezembro de 2014)
IGD SUAS	14.651,59 (dezembro de 2014)
Proteção Social Básica	2.192.198,03 (dezembro de 2014)
Proteção Social Especial	4.916.136,95 (dezembro de 2014)

#### REDE COFINANCIADA PELO MDS - EQUIPAMENTOS E EQUIPES

	Implantado	Com pendência de implantação	Total cofinanciado pelo MDS
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	47	0	47
Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)	14	3	17
Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP)	1	3	4
Equipes volantes de Assistência Social	0	0	0

Relatório gerado em 27 de fevereiro de 2015